

# DECLARAÇÃO FINAL

Associação Portuguesa A Mulher e o Desporto; Associação Portuguesa de Direito Desportivo; Clube Nacional de Imprensa Desportiva; Comité Olímpico de Portugal; Confederação do Desporto de Portugal; Confederação Portuguesa de Associações de Treinadores; Federação Portuguesa das Colectividades, Cultura e Recreio; Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes; Fórum do Desporto Português; Panathlon Clube de Lisboa; Sociedade Portuguesa de Educação Física

Nos últimos anos, temos assistido a uma elevação assinalável do nível competitivo do(a)s atletas portuguese(a)s de diversas modalidades, quando chamados a confronto com adversários de outros países em competições internacionais. Trata-se, na verdade, de um sinal positivo a que não são alheios factores como a modernização do país e a ruptura do isolamento subsequentes à instalação do regime democrático, associados a transformações no plano das mentalidades e da qualificação dos recursos humanos no âmbito da formação desportiva e da orientação do treino.

Este incremento da qualidade competitiva do(a)s atletas portuguese(a)s ocorreu no mesmo período em que se verificou, na sociedade em geral, uma descida da procura de prática desportiva – como o demonstram estudos recentes – acompanhada de baixas significativas do(a)s atletas registado(a)s em algumas federações. Apesar dos sucessos alcançados num grupo restrito de modalidades, subsistem ainda alguns factores de constrangimento que impedem a evolução sustentada do nosso Sistema Desportivo, no sentido de uma aproximação aos índices de praticantes e aos níveis de desempenho de outros países de dimensão e recursos semelhantes, nomeadamente no espaço europeu.

Particularmente preocupante são os indicadores de participação desportiva das mulheres (como atletas, como técnicas, como juízes e dirigentes ou como espectadoras) ou as dificuldades de acesso à prática desportiva dos cidadãos portadores de deficiência.

É patente que o país permanece afastado de uma cultura física e desportiva que aproveite o enorme potencial formativo da actividade física desportiva, na adopção de estilos de vida saudáveis e no aumento da participação cívica como reforço para a coesão social.

Identificamos, assim, sete factores causais do constrangimento do que podemos designar pelo impasse desportivo português.

## 1. INTERVENCIÓNISMO DO ESTADO

O Estado democrático herdou, e tornou ainda mais pesado e complexo, o aparelho de tutela do Desporto que vigorou até 1974. Quando seria de esperar uma gradual devolução de competências – de natureza estratégica, financeira e administrativa – ao movimento associativo desportivo, o que se verificou foi o reforço de uma estrutura centralizada. As várias reformulações produzidas não se traduziram em ganhos para a funcionalidade e capacidade de resposta da administração pública desportiva.

O indispensável reordenamento jurídico que culminou na Lei de Bases do Sistema Desportivo trouxe, contudo, a subalternização do movimento associativo, mitigou a sua autonomia e impôs-lhe novos constrangimentos.

Apesar do aparato representativo do Conselho Superior de Desporto, comprometendo, aliás, a sua própria eficiência, o Estado valoriza pouco o movimento associativo desportivo, o dinamismo e competência dos seus dirigentes, não os promovendo como parceiros privilegiados da sociedade civil na concepção e prossecução das medidas de promoção e desenvolvimento do Desporto.

## 2. SUBVALORIZAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DO(A) DIRIGENTE DESPORTIVO

Num país com um elevado défice de participação de cidadania, a função social do dirigente desportivo continua sendo ignorada ou subvalorizada, quando, pelo contrário, a sua actuação voluntária e benévola deveria ser estimulada, nomeadamente através de medidas de apoio no âmbito da formação, do estatuto fiscal e dos regimes de seguros, similares ao já adoptados para outro tipo de agentes benévolos.

O Estado, por mais importantes que sejam os recursos financeiros ao seu dispor para promover o Desporto a todos os níveis, não pode dispensar estes agentes cuja participação é essencial à manutenção da actividade desportiva do país. Não obstante, numa época em que as condições sociais e a organização do trabalho e do quotidiano são obstáculos reconhecidos à vocação para o dirigismo desportivo, o Estado tem olhado para o dirigente mais como um produto colateral do fenómeno desportivo, e não como seu elemento preponderante. As dificuldades sentidas por muitas federações e demais estruturas associativas na renovação dos seus quadros não podem deixar de ser explicadas em grande parte por esta atitude que se reflecte negativamente, e em simultâneo, no plano do Sistema Desportivo e no da participação cívica dos cidadãos.

### **3. UM MODELO DE FINANCIAMENTO PRECÁRIO NA FONTE E NA EXECUÇÃO**

Se há ponto de convergência entre as diversas sensibilidades políticas que, inevitavelmente, atravessam também o movimento desportivo português, ele é o que respeita ao nível de financiamento que se considera ineficaz e incerto face aos resultados sociais e económicos gerados pela actividade desportiva em benefício da população e do país. A dependência das receitas do totobola, do totoloto e do bingo é uma opção ela própria inquinada pelo carácter aleatório dos jogos que as proporcionam – numa tendência, aliás, marcadamente regressiva, criando as conhecidas dificuldades financeiras com que as organizações desportivas se vêm defrontando, ano após ano e que assumem contornos mais gravosos sempre que está perante projectos de frequência plurianual.

O insuficiente nível de financiamento e a incerteza dos montantes disponibilizados ao movimento desportivo devem-se às dificuldades da Administração Pública em promover os meios financeiros de que carece o desenvolvimento desportivo e em aplicar com eficiência os meios geridos pelos próprios departamentos públicos.

A resolução dos constrangimentos financeiros sofridos pelo sistema desportivo e necessários ao seu desenvolvimento exigem a adopção de medidas inovadoras, desde logo aplicando melhor os meios que se dispõe, mas também encontrando melhores meios de angariação de receitas.

Esta situação, de contornos científicos e técnicos complexos requerem um trabalho conjunto entre as entidades governamentais com as organizações associativas visando a reformulação do modelo económico do desporto.

### **4. AUSÊNCIA DE UMA POLÍTICA DE ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO DO TECIDO EMPRESARIAL**

A concepção do modelo desportivo português explica por que é tão reduzida a expressão do patrocínio e do mecenato no Desporto. É natural que o tecido empresarial e a sociedade civil se sintam descomprometidos de contribuir para um sector marcado por um controlo exacerbado do Estado, ou pouco motivados para fazê-lo na falta de incentivos e de uma política de afirmação da importância social do Desporto – nas suas expressões mais essenciais e genuínas e não só nos seus aspectos mais superficiais e mediáticos. O reforço e a credibilização do patrocínio e do mecenato, uma aspiração de todo o movimento

desportivo, não serão possíveis sem o aprofundamento e o aperfeiçoamento dos dispositivos legais que o prevêm.

## 5. COORDENAÇÃO ENTRE OS SUBSISTEMAS

O desafio financeiro e a injeção de verbas avultadas não garantem, por si sós, o salto qualitativo do nosso Sistema Desportivo. Recordemos, a título de exemplo, que Portugal é, entre todos os países da União Europeia, aquele que investe a maior parcela do seu Produto Interno Bruto na Educação – com os resultados finais medíocres que se conhecem. Ora o Desporto não está particularmente protegido contra um desfecho semelhante.

A falta de medidas integradoras, a nível central mas também a nível regional e local da participação dos diversos subsistemas (federado, escolar, militar, dos trabalhadores, popular) só é excedida pela continuada incapacidade – ou falta de vontade – em definir o que se pretende em termos de afirmação desportiva do País. Isto é, que objectivos se pretende alcançar, em que áreas, modalidades e palcos competitivos.

Sem metas nem prioridades, é completamente irrelevante pretender medir o esforço do investimento público no Desporto ou avaliar o desempenho do Sistema Desportivo para além dos seus sucessos ou fracassos pontuais.

## 6. UM MOVIMENTO ASSOCIATIVO DEPENDENTE

O movimento associativo tem estado numa posição demasiado expectante. E esta situação empobrece a qualidade de vida desportiva nacional. É necessário um movimento associativo mais activo, mais liderante e mais autónomo.

Neste movimento de plena assunção de mais responsabilidades no âmbito organização da vida desportiva nacional é indispensável uma redefinição dos papéis do Estado e dos parceiros desportivos, clarificando-se domínios de intervenção de ambos e evitando a assunção pelo Estado de funções que manifestamente escapam à sua vocação e colocando no âmbito de organizações desportivas da sociedade civil, atribuições e competências para as quais estão mais aptas a realizar com níveis de eficácia superiores. Esta partilha da “soberania” entre o próprio Estado e os agentes e instituições representativas do desporto no cumprimento de obrigações no âmbito de um verdadeiro serviço público do desporto supõe naturalmente que a transferência de novas competências seja acompanhada da adequada transferência de meios e recursos.

A continuação de espaços de debate, organização e concertação dos interesses e projectos das organizações não governamentais, assume no plano desta nova redefinição de papéis um aspecto que é essencial ao aprofundamento de uma lógica de parceria distinta da actual.

## 7. FORMAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

A insuficiência de medidas no âmbito da formação, qualificação e certificação dos técnicos e de outros agentes que operam no sistema desportivo, não permite a elevação da qualidade desportiva desejada e exigível.

Este objectivo só pode ser superável se o grau de exigência sobre a qualidade de todo o sistema desportivo, passar a requerer meios de actuação que exijam conhecimentos, técnicas e saberes mais elevados, no âmbito dos quais a investigação sobre os procedimentos de natureza desportiva a realizar pelas instituições para o efeito vocacionadas assume um aspecto relevante.

Neste particular, também a partilha de responsabilidades entre o Estado, como elemento regulador do sistema desportivo e as organizações desportivas como sua expressão estruturante é indispensável, de modo a que a formação de recursos humanos e particularmente a sua qualificação seja assumida por todos e não apenas como resultante de uma imposição normativa do Estado.

## CONCLUSÕES

Após todas as alternâncias cíclicas de protagonismo na Administração Pública Desportiva e no aparelho de Estado, persistem factores de constrangimento à elevação da qualidade do Desporto português que nem sequer podem ser atribuídas a este ou àquele posicionamento ideológico particular. Quem observa, com a distanciação crítica devida, a conduta dos sucessivos governos em matéria de política desportiva, não pode deixar de reconhecer que há uma mentalidade comum aos partidos alternantes no exercício da governação.

E nem sequer podemos dizer que, no essencial, a chave do problema seja apenas de ordem financeira. É, sobretudo, uma questão de mentalidades, de superar rotinas atávicas, de identificar nas experiências de outros países as soluções consagradas e, a partir daí, conceber as fórmulas de adaptação e inovação que interrompam a perpetuação dos

impasses. Mas, para tanto, em vez de um parceiro subalterno e muitas vezes reverencial, é indispensável a presença de um Movimento Desportivo mais autónomo e liderante, capaz de impor um discurso sólido e consequente onde, até agora, tem imperado a visão casuística e uma notória ausência de projecto.

Caldas da Rainha, 20 de Abril de 2002